



EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 001/2024

PARTE A – PREÂMBULO

I. Regência legal:

Lei Federal n.º 14.133/21, Decreto Federal nº 11.878, de 09 de Janeiro de 2024

II. Órgão/entidade e setor:

Secretaria da Saúde do Município de Madre de Deus – SESAU.

Secretaria de Administração do Município de Madre de Deus – SEAD

III. Número de ordem: OU1-2024-2

Credenciamento nº 001/2024.

IV. Objeto

CREDENCIAMENTO de profissionais de saúde: Médicos, em diversas especialidades, Odontólogos, Fisioterapeutas, Terapeuta Ocupacional e Veterinários, através de pessoas jurídicas, para de forma complementar, atender os usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Madre de Deus, no Centro de Especialidades Médicas (CEM), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Fisioterapia, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), nas Unidades de Saúde da Família (USF), e da Secretaria de Administração do Município de Madre de Deus – SEAD

V. Processo administrativo nº: 2541/2023.

VI. Pressupostos para participação

Serão admitidos a participar deste credenciamento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento e nos seus anexos

VII Regime de execução:

Empreitada por preço () GLOBAL (**X**) UNITÁRIO

VIII Prazo do credenciamento/Vigência do Contrato:

Este credenciamento terá sua vigência por prazo indeterminado a contar da data da sua publicação, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados, conforme disposto no inciso I do art. 79 da Lei 14.133/2021.

O prazo de vigência do contrato advindo do credenciamento será de **24 (vinte e quatro) meses**, podendo ser prorrogado ou acrescido, observando-se a forma e o limite estipulado, na forma dos artigos 106 da Lei nº 14.133/2021, mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do respectivo contrato. Tendo em vista a vantagem econômica na manutenção do serviço e dos valores a serem contratados.

IX. LOCAL, DATA DE INÍCIO E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO:



Endereço: Secretaria Municipal da Saúde, situada na Rua Brasília, s/n, 2º andar, – Complexo Municipal de Saúde, Bairro do Suape, cidade de Madre de Deus, a partir de 26 de janeiro de 2024 no horário das 09h00 às 13h00h., e-mail: credenciamento.saude@prefeitura.madrededeus.ba.gov.br

PRAZO DE INSCRIÇÃO PARA A 1ª LISTA: de 26 de janeiro até 06 de fevereiro de 2024.

É assegurado aos interessados requerer o credenciamento, no mesmo local e horário, mediante o preenchimento das exigências estabelecidas neste edital, por prazo indeterminado conforme item 6 do Anexo I - Termo de Referência.

X. Dotação orçamentária:

DOTAÇÃO SESAU

Órgão: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
Unidade: 12.01. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 600.0000.0000\500.1002.0000 - AÇÃO 2077 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO EM SAÚDE ESPECIALIZADA - HOSPITALAR E AMBULATORIAL
FONTE 500.1002.0000 - AÇÃO 2081 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DO CAPS
FONTE 500.1002.0000\600.0000.0000 - AÇÃO 2078 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)
FONTE 500.1002.0000 - AÇÃO 2017 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DO CENTRO DE ESPECIFICIDADES ODONTOLÓGICAS – CEO
FONTE 500.1002.0000\600.0000.0000\621.0000.0000 - AÇÃO 2079 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA EMERGÊNCIA MÓVEL - SAMU
FONTE 500.1002.0000 - AÇÃO 2080 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO CAF-CENTRO DE ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO
FONTE 500.1002.0000- AÇÃO 2023 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO CRM-CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER

DOTAÇÃO SEAD

Órgão:	(Secretaria de Administração)
Elemento:	3.3.90.39 – SERVIÇO DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
Ação:	2006 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E APOIO ADMINISTRATIVO
Fonte	500.0000 – RECURSO PRÓPRIO

XI - Para a habilitação dos interessados, exigir-se-ão os documentos relativos a:

XI-1. Habilitação jurídica, comprovada mediante a apresentação:

Pessoa Jurídica:

- Registro comercial devidamente inscrito na Junta Comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



- d) Comprovante de regularidade em relação ao recolhimento do ISS do município sede da empresa;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) cópia da carteira de identidade dos representantes legais;
- g) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- h) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, com ramo de atividade compatível com o objeto contratual;
- i) Os serviços propostos pela Credenciada deverão ser compatíveis com o objeto social da pessoa jurídica.

XI-2. Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria da Receita Federal pelo link: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir>, abrangendo inclusive Contribuições Previdenciárias tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional do domicílio ou sede do proponente;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da pessoa jurídica, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de negativa, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da pessoa jurídica, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de negativa, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, sendo que estas poderão estar atestadas pelos órgãos expedidores; através de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, que pode ser conseguida através do link <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) no âmbito nacional, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, que pode ser conseguida através do link <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>; comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- f) Comprovação de Registro no Conselho Regional do profissional que desempenhará as funções;
- g) Declaração de responsabilidade, indicando o responsável pela execução dos serviços
- h) Declaração de Idoneidade.
- i) Certidão negativa correcional, obtida através do link <https://certidoes.cgu.gov.br/>.
- j) Declaração em papel timbrado dos dirigentes ou representantes legais de que não ocupam Cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível, na área pública de saúde, no âmbito do Município de Madre de Deus.

XI-3. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data de apresentação da documentação;

XI-4. Qualificação técnica:

A comprovação da qualificação técnica será feita através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Diploma ou certificado de conclusão de curso;
- b) Prova de registro da empresa e/ou dos profissionais no respectivo conselho competente ou equivalente.
- c) Certidão negativa/nada consta emitida pelo conselho de classe profissional.
- d) Curriculum VITAE;



e) Para as vagas relacionadas as especialidades odontológicas: comprovação de residência na respectiva área de atuação ou Pós-graduação lato sensu ou stricto sensu na respectiva área ou curso de aperfeiçoamento/atualização ou comprovação de atuação na área de no mínimo 1 (um) ano; (exceto dentista de PSF)

f) Para as vagas relacionadas as especialidades médicas: Registro de Especialista (RQE) Junto ao Conselho Regional de Medicina, referente a especialidade almejada, quando possuir; ou Comprovação de residência na respectiva área de atuação ou Pós-graduação lato sensu ou stricto sensu na respectiva área ou curso de aperfeiçoamento/atualização ou comprovação de atuação na área de no mínimo 1 (um) ano (exceto para médico de PSF e médico de SAMU)

g) Certificados de participações em cursos e congressos na área ao qual se credenciará;

XII. Manutenção das Condições da Proposta – Reajustamento e Revisão

Os preços serão corrigidos consoante as seguintes regras:

XII-1. A Tabela de Preços da Prefeitura, constante do Anexo I do Termo de Referência deste Edital, poderá ser reajustada, a critério da Administração, todas as vezes que for constatada a existência de circunstâncias que modifiquem a regular prestação dos serviços pelos preços previamente fixados, sendo utilizado o IPCA para o reajuste.

XIII. Declarações

1. Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor

Conforme inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal de 1988, deverá ser apresentada declaração quanto ao trabalho do menor, conforme modelo constante no Anexo III deste instrumento.

2. Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e exigências do Edital.

IX- DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Os profissionais de saúde de nível superior a serem credenciados deverão prestar seus serviços nas Unidades de Saúde da Rede Municipal situadas na cidade de MADRE DE DEUS – BA, bem como nos programas aos quais estiverem vinculados, conforme designação da Secretaria de Saúde.



PARTE B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

**ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO
REGULAMENTO**

Credenciamento nº 001/2024

1. DO OBJETO

1.1 Termo de referência destinado a conduzir o processo de Credenciamento de profissionais de saúde: Médicos, em diversas especialidades, Odontólogos, Fisioterapeutas, Terapeuta Ocupacional e Veterinários, através de pessoas jurídicas, para de forma complementar, atender os usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Madre de Deus, no Centro de Especialidades Médicas (CEM), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Fisioterapia, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), nas Unidades de Saúde da Família (USF) e da Secretaria de Administração do Município de Madre de Deus – SEAD.

2. DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 A contratada deverá apresentar, até o dia 05 de cada mês, as faturas/Notas Fiscais dos serviços realizados ao setor responsável pela fiscalização do contrato.

2.2 Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até **20 (vinte) dias corridos**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada à execução contratual, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.

2.3 Só serão pagos os serviços EFETIVAMENTE PRESTADOS.

3. NÃO PODERÃO participar deste credenciamento:

3.1 Não serão credenciadas:

3.1.1 Pessoas jurídicas que estejam sob o regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

3.1.2 Pessoas jurídicas que deixem de apresentar documentação ou informação prevista no edital ou apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste edital.

3.2. Estão impedidas de participar do presente processo:

3.2.1 Estarão impedidos de participar do processo de credenciamento, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) Esteja impedida de licitar e contratar com a Administração;
- c) Esteja cumprindo a penalidade de suspensão temporária de contratar, imposta pelo município de Madre de Deus.
- d) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de governo;
- e) As hipóteses previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações;
- f) Estejam em situação fiscal irregular perante o RGPS/INSS e/ou FGTS;
- g) Encontrem-se inadimplentes em relação às penalidades pecuniárias que lhes tenham sido impostas pelo CISAMVI em Processo Administrativo do qual não caiba mais recurso;
- h) Estrangeiras que não funcionem no país.
- i) Pessoas físicas e jurídicas cujos sócios, proprietários, administradores ou dirigentes ocupem cargo de direção ou função de confiança seja na esfera Federal, Estadual ou Municipal (art. 26, § 4º da Lei Federal nº 8.080/90) ou ainda, que sejam servidores ou dirigentes do órgão responsável pelo presente credenciamento;



- j) Pessoas físicas e jurídicas cujos sócios, proprietários, administradores ou dirigentes sejam servidores ou dirigentes do órgão responsável pelo presente credenciamento (art. 6º, inciso V da Lei nº 14.133/21);
- k) Também ficam impedidos de participar do processo de contratação quaisquer profissionais vinculados ao órgão responsável pelo presente credenciamento.
- l) Cooperativas Médicas, a teor da Súmula 281 do TCU;

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. CONDIÇÕES

1.1 É inexigível a licitação, por inviabilidade de competição, quando, em razão da natureza do serviço a ser prestado e da impossibilidade prática de se estabelecer o confronto entre os interessados, no mesmo nível de igualdade, certas necessidades da Administração possam ser melhor atendidas mediante a contratação do maior número possível de prestadores de serviço, hipótese em que a Administração procederá ao credenciamento de todos os interessados que atendam às condições estabelecidas em regulamento.

1.2. É assegurado o acesso a qualquer interessado que preencha as exigências estabelecidas para o credenciamento, devendo ser protocolado o requerimento, instruído com a documentação pertinente, no local definido neste edital, durante todo o prazo de vigência do credenciamento.

1.3 O interessado em ser credenciado deverá apresentar a sua documentação acondicionada em envelope lacrado, contendo os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CREDENCIAMENTO nº 001/2024
DOCUMENTOS PARA ANÁLISE
(NOME COMPLETO DA EMPRESA INTERESSADA)
CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
ESPECIALIDADE(S) PRETENDIDA(S):

1.4 O interessado em ser credenciado deverá protocolar na sala da Comissão Especial de Credenciamento, localizado na Sede da Secretaria Municipal da Saúde - SESAU, no endereço e no prazo fixados na parte A do preâmbulo deste edital, o requerimento (Anexo II) acompanhado de toda a documentação necessária para credenciamento;

1.5 O requerimento de credenciamento e os documentos que o instruírem deverão estar dispostos ordenadamente e serem datados e assinados pelo representante legal do interessado;

1.6 Os documentos exigidos para credenciamento deverão ser apresentados em original com cópia autenticada em cartório ou em cópia simples autenticado por servidor público municipal;

1.7 O requerimento de credenciamento deverá ser dirigido à Comissão, contendo todas as declarações constantes nos anexos constantes no edital;

1.8 Os interessados poderão credenciar-se para prestação de um ou mais serviços constantes da Tabela 01 do Termo de Referência, desde que atenda aos requisitos de habilitação constantes neste TR.

1.9 A inscrição neste credenciamento é aceitação tácita das condições e dos preços constantes neste Termo de Referência.

1.10 O processo de credenciamento estará aberto para cadastramento de novos interessados, enquanto perdurar a vigência desse procedimento.

1.11 O interessado deverá instruir o requerimento com os documentos constantes do **PREÂMBULO – PARTE A**.

1.12 O interessado que deixar de apresentar a documentação exigida no edital e seus anexos não será credenciado, podendo a qualquer tempo, solicitar novo credenciamento, desde que preenchidos todas as condições editalícias.



1.13 Não serão admitidas:

- a)** Pessoas jurídicas cujos sócios, proprietários, administradores ou dirigentes ocupem cargo de direção ou função de confiança seja na esfera Federal, Estadual ou Municipal (art. 26, § 4º da Lei Federal nº 8.080/90);
- b)** Pessoas jurídicas cujos sócios, proprietários, administradores ou dirigentes sejam servidores ou dirigentes do órgão responsável pelo presente credenciamento (art. 9º, inciso III da Lei nº 8.666/93);
- c)** Pessoas jurídicas que se encontrem suspensas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;

2. DO PROCEDIMENTO

2.1 O Credenciamento contará com uma comissão mista técnica, nomeada conforme portaria n. 22/2023, que conduzirá os trabalhos em sua totalidade.

2.2 Os pedidos de credenciamento serão analisados pela Comissão designada pela Secretaria da Saúde do Município de Madre de Deus-BA, em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos no edital.

2.3 A Comissão poderá, a qualquer tempo, verificar a veracidade das informações prestadas por atestados, certidões e declarações; a autenticidade dos documentos apresentados; bem como solicitar outros documentos que julgar necessários para a avaliação dos documentos apresentados.

2.4 Após recebimento da documentação, a Comissão, fará análise dessa documentação em conformidade com as exigências constantes no Edital e, sendo constatada a insuficiência das informações ou ausência ou irregularidade da documentação, será comunicado formalmente ao interessado a sua inabilitação ao credenciamento e os requisitos editalícios que deixaram de ser adequadamente atendidos.

2.5 O deferimento do pedido de credenciamento fica condicionado ao atendimento às exigências previstas neste edital e nos seus anexos.

2.6 Serão credenciados todos os interessados que preencham os requisitos previstos neste edital e nos seus anexos.

2.7 Serão procedidos novos julgamentos enquanto houver pedidos de inscrição pendentes de apreciação, incorporando-se os novos proponentes ao quadro de credenciados.

2.8 Compete ao titular da pasta, homologar o credenciamento.

2.9 O credenciamento não implica no direito à contratação, a qual se dará ao exclusivo critério da Prefeitura Municipal de Madre de Deus-BA, de acordo com as necessidades do Município, as metas planejadas e programadas pela Secretaria de Saúde e a disponibilidade financeira e orçamentária.

3. DA HABILITAÇÃO

3.1 Os pedidos de credenciamento serão analisados pela Comissão designada pela Secretaria da Saúde do Município de Madre de Deus-BA, em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos no edital.

3.2 A comissão de credenciamento concluirá pela aptidão ou inaptidão do interessado, mediante parecer circunstanciado e devidamente fundamentado e individualizado por participante, o qual será submetido à consideração da autoridade superior, que emitirá o ato de deferimento ou indeferimento do pedido, conforme o caso.

3.3 O deferimento do pedido de credenciamento fica condicionado ao atendimento às exigências previstas no edital e nos seus anexos. Será indeferido o pedido de credenciamento do interessado que deixar de apresentar documentação ou informação exigida, que apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste edital, facultando-se ao participante, **a qualquer tempo, a formulação de novo pedido.**

3.4 Os serviços das funções descritas no item 05 do Termo de Referência, para credenciamento deverão ser compatíveis com o objeto social da pessoa jurídica, a experiência e a capacidade instalada do interessado.



3.5 A Comissão Especial de Credenciamento avaliará os casos omissos, considerando sempre o interesse público.

3.6A Comissão poderá, a qualquer tempo, verificar a veracidade das informações prestadas por atestados, certidões e declarações; a autenticidade dos documentos apresentados; bem como solicitar outros documentos que julgar necessários para a avaliação dos documentos apresentados.

3.7 O credenciamento não implica no direito à contratação, a qual se dará ao exclusivo critério da Prefeitura Municipal de Madre de Deus-BA, de acordo com as necessidades do Município, as metas planejadas e programadas pela Secretaria de Saúde e a disponibilidade financeira e orçamentária.

3.8 O prazo de análise dos requerimentos de credenciamento será de até 10 dias úteis a contar do término do prazo contante no item IX do preâmbulo, prorrogável por idêntico período, mediante justificativa escrita.

3.9 Serão procedidos a novos julgamentos enquanto houver pedidos de inscrição pendentes de apreciação, incorporando-se os novos proponentes ao quadro de credenciados.

3.11 O resultado da análise dos requerimentos de credenciamento protocolados após o prazo da 1ª lista será realizado de forma contínua, no prazo de até 10 dias úteis a contar da inscrição, prorrogável por idêntico período, mediante justificativa escrita.

3.12 As listas com os resultados dos julgamentos dos pedidos de credenciamento serão publicados no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas- PNCP, em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis, a contar do ato decisório do órgão competente.

4. DA CLASSIFICAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO

4.1 A classificação se dará por análise curricular e documental de caráter classificatório, onde será avaliado o nível de formação e experiência profissional comprovada.

4.2 Em caso de empate será procedido sorteio como critério de desempate.

4.3 A convocação dar-se-á de acordo com as necessidades das unidades e a disponibilidade financeira e orçamentária do município.

4.4 A convocação se dará de forma isonômica, objetiva e impessoal.

4.5 Em relação aos comprovantes do nível de formação só serão aceitos certificados de instituições reconhecidas pelo MEC.

4.6 A comprovação de experiência poderá ser através de declaração de clínicas e unidades de atendimento que o interessado em se credenciar atuou.

4.7 A análise curricular /documental compreende:

a) A veracidade/legalidade das informações contidas nas documentações apresentadas.

b) Regularidade do CNPJ e apresentação correta dos documentos solicitados.

4.8 A ordem de chamamento terá como parâmetro a ordem de classificação, e de acordo com a demanda de especialidades nas unidades de saúde, cuja capacidade técnica do profissional se enquadre.

4.9 A metodologia de distribuição da Pessoa Jurídica nos serviços obedecerá aos seguintes critérios, salvaguardando os princípios da objetividade e impessoalidade:

(a) lotação no serviço que tiver maior déficit de especialidades, cuja capacidade técnica do profissional se enquadre.

(b) distribuição da Pessoa Jurídica nos serviços de acordo com o quantitativo de vagas disponíveis;

4.10 Terão prioridade as Unidades de saúde da família com menor cobertura de Atenção Primária

5. DO PRAZO RECURSAL

5.1 Da decisão de indeferimento do credenciamento caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, no mesmo local de entrega da documentação do credenciamento e será dirigido à Comissão Especial de Credenciamento, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 3(três) dias úteis após a análise das razões recursais, e, se mantida a decisão, encaminhará o recurso com sua motivação para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



- 5.2** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 5.3** As razões do recurso deverão constar no formulário de recurso, ANEXO IV, que deverá estar devidamente preenchido, assinado e endereçado à Comissão Especial de Credenciamento, devendo ser entregue no horário de 09:00h às 13h00, na Secretaria Municipal da Saúde, situada na Rua Brasília, s/n, 1º andar, – Complexo Municipal de Saúde, Bairro do Suape, nesta Cidade ou se preferir, o interessado poderá encaminhar o formulário com as razões do recurso à referida Comissão através do e-mail: credenciamentosesaupmmd@gmail.com, não sendo aceitos os enviados por meio magnético ou por fax;
- 5.4** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de divulgação da interposição do recurso.
- 5.5** Será assegurado ao interessado vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 5.6** O julgamento dos recursos interpostos serão publicados no Diário Oficial do Município.
- 5.7** Decorrido o prazo recursal ou após o julgamento dos recursos interpostos, a autoridade superior divulgará o resultado final do julgamento dos pedidos de credenciamento e divulgará no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas- PNCP, em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis, a contar do decisório do órgão competente.

6. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

- 6.1** O contrato a ser firmado obedecerá à minuta constante no edital.
- 6.2** O credenciado convocado para assinar o contrato terá o prazo de 03 (três) dias úteis para fazê-lo, a contar do ato da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, facultada a solicitação de sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.
- 6.3** Para a assinatura do contrato o credenciado poderá ser representado por:
- a)** Administrador que tenha poderes de gerência;
 - b)** Procurador munido de instrumento público de mandato, com poderes específicos para assinar o contrato.
- 6.4** A documentação legal exigida neste edital deverá estar válida na data da assinatura do contrato.
- 6.5** O contrato celebrado com o interessado habilitado não gera a credenciada qualquer vínculo empregatício ou funcional com a SESAU.
- 6.6** São de inteira responsabilidade das Pessoas Jurídicas contratadas, as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais e trabalhistas resultantes da execução do Contrato.
- 6.7** A Contratação dos credenciados será para a prestação de serviços a qual foi credenciado, conforme Anexo I.
- 6.8** O prazo de vigência do contrato advindo do credenciamento será de **24 (vinte e quatro) meses**, podendo ser prorrogado ou acrescido, observando-se a forma e o limite estipulado, na forma dos artigos 106 da Lei nº 14.133/2021, mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do respectivo contrato.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1** A contratada deverá apresentar, até o dia 05 de cada mês, as faturas/Notas Fiscais dos serviços realizados ao setor responsável pela fiscalização do contrato.
- 7.2** O pagamento dos serviços será efetuado em até 20 (vinte) dias após a emissão da Nota Fiscal que deverá ser emitida em favor do Fundo Municipal de Saúde de MADRE DE DEUS – BA, conforme dados constantes do contrato. Os recibos deverão ser atestados pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.
- 7.3** Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da contratada.
- 7.4** Será descontado da fatura/nóta fiscal o valor correspondente às faltas ou atrasos na execução dos serviços ocorridos.



7.5. As faturas/notas fiscais far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a prestação do serviço, no mês anterior à realização dos serviços.

8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1 DO CONTRATANTE

8.1.1 Publicar o resumo do Contrato e dos aditamentos na Imprensa Oficial, conforme a Lei Federal 14.133/21;

8.1.2 Transmitir à CONTRATADA as informações necessárias a prestação do serviço;

8.1.3 Designar prepostos para proceder ao acompanhamento e à fiscalização do serviço prestado, com competência para atestar o efetivo serviço bem como anotar, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

8.1.4 Efetuar, nos prazos previstos neste Termo de Referência, o pagamento devido à CONTRATADA oriundos do serviço prestado.

8.2 DO CONTRATADO

8.2.1 Ter carga horária semanal disponível para cadastramento no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, conforme estabelecido na Portaria nº 134/2011;

8.2.2 Cumprir integralmente a carga horária contratada.

8.2.3 Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas neste edital para credenciamento.

8.2.4 Responsabilizar-se integralmente por todos os compromissos assumidos neste Contrato;

8.2.5 Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, por sua culpa ou em consequência de erros, imperícia ou imprudência na execução dos serviços contratados;

8.2.6 Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;

8.2.7 Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente Contrato, inclusive as obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas dos seus empregados;

8.2.8 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a assinatura do Contrato.

8.2.9 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas por força deste edital ou do contrato dele decorrente.

8.2.10 Aceitar nas mesmas condições, acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) para mais ou para menos, na quantidade da jornada de trabalho

9. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 Secretaria Municipal de Saúde exercerá o acompanhamento dos serviços através de técnicos devidamente autorizados, sem reduzir nem excluir a responsabilidade da CONTRATADA.

9.2 A gestão do contrato será feita pela Secretaria de Saúde, através da GESTORA DE COMPRAS E CONTRATOS e a fiscalização da execução da prestação do serviço será realizada por meio dos coordenadores de cada serviço, sendo os mesmos responsáveis pelo acompanhamento e adoção das providências cabíveis ao cumprimento do objeto, conforme fiscais dos contratos conforme portaria SESAU 13/2023.

9.3 Ficam reservados à Secretaria Municipal de Saúde, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto no Contrato, no Edital, nas Leis, nas Normas, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com os serviços em questão.

9.4 Compete especificamente à Secretaria de Saúde esclarecer prontamente as dúvidas que lhes sejam apresentadas pelo CONTRATADO.



9.5 A substituição dos responsáveis técnicos do CONTRATADO, durante a execução dos serviços, dependerá da aquiescência da Secretaria Municipal de Saúde quanto ao substituto apresentado.

9.6 Os serviços deverão desenvolver-se sempre em regime de estrito entendimento entre o CONTRATADO, sua Equipe, e a Secretaria Municipal de Saúde, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento do contrato.

9.7 Os interessados se obrigam a seguir a sistemática estabelecida neste Edital e todos seus anexos, no que tange à forma de apresentar a documentação exigida.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.10 licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações, conforme disposto no art. 155 da Lei 14.133/21.

10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas no art. 156 e seguintes da Lei 14.133/21.

I - advertência;

II – multa: valor fixo de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

V- Suspensão temporária do credenciamento, em prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias;

VI-Cancelamento do credenciamento, decorridos 30 (trinta) dias contados da data do recebimento de comunicação por escrito.

10.3 O contratado sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na Lei 14.133/21, bem como na Lei nº 2.848/40, Código Penal Brasileiro na sua atual redação, sem prejuízo das demais cominações legais.

10.4 O CONTRATADO será penalizado com multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, quando der causa à rescisão contratual.

10.5 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará ao CONTRATADO à seguinte penalidade, garantido a defesa prévia:

a) Multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso na execução dos serviços;

10.6 As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

11. DO DESCREDENCIAMENTO/ DA RESCISÃO

11.1 Serão descredenciadas as pessoas jurídicas que:

a) Descumprirem quaisquer das cláusulas estipuladas no Termo de Credenciamento a ser celebrado.

b) Não mantiverem as condições de habilitação exigidas para o credenciamento.

11.2 O contrato poderá ser rescindido de pleno direito:

a) Pela inobservância de qualquer cláusula, condição ou obrigação por parte do Credenciado/Contratado;

b) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;

c) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do Credenciado;

d) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;

e) Nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

f) A reincidência no descumprimento de quaisquer das condições elencadas no presente Edital de Credenciamento, no Contrato, ou ainda, a prática de atos que caracterizem má-fé em relação ao município, apuradas em processo administrativo.

g) A qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, ou por iniciativa de qualquer uma delas, desde que devidamente justificado e comunicado com antecedência mínima de 30(trinta) dias.



- h) Pela superveniência de qualquer norma legal ou fato impeditivo que torne inexecutável o ajuste.
- i) Pela paralisação da execução dos serviços, por parte do contratado, sem motivo justificado ou prévia comunicação em tempo hábil para que a SESAU possa realizar a devida substituição, sendo aplicada as sanções administrativas.
- j) Perda das condições de habilitação do credenciado;

11.3 O descredenciamento/rescisão não exige a aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, se for o caso.

12. DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CONTROLE DE QUALIDADE

12.1 Os credenciados contratados deverão executar os serviços com a devida diligência e observação dos padrões de qualidade exigidos no edital, cumprindo prazos e acordos de confidencialidade de dados e informações.

12.2 O órgão ou entidade contratante poderá, a seu critério, proceder à avaliação do desempenho dos credenciados, que serão dela informados.

12.3 Verificado o desempenho insatisfatório, o credenciado contratado será notificado e deverá apresentar justificativa formal no prazo de 02 (dois) dias úteis.

12.4 O desempenho insatisfatório na avaliação poderá implicar na rescisão do contrato e aplicação das penalidades.

13. DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

13.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o início do recebimento dos pedidos de Credenciamento, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório, cabendo à Comissão decidir sobre a petição no prazo de até 03 (três) dias úteis.

13.2 Se reconhecida a procedência das impugnações ao instrumento convocatório, a Administração procederá à sua retificação e republicação, com devolução dos prazos.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A qualquer tempo, antes do recebimento dos pedidos de credenciamento, poderá a comissão, se necessário, modificar este instrumento, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14.2. É facultado à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase do credenciamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

14.3. Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da comissão.

14.4. Os casos omissos serão dirimidos pela comissão, com observância da legislação em vigor.

14.5. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Instrumento prevalecerá o Foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.6 Ao presente processo não se aplica o tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, por não ser vantajoso para a Administração pública, conforme disposto na Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e suas alterações.

14.7 A inobservância, em qualquer fase do processo de credenciamento, por parte do interessado, dos prazos estabelecidos em notificações pessoais ou gerais, será caracterizada como desistência, implicando sua exclusão do certame.

14.8 A inexistência de afirmativas, declarações falsas ou irregulares em quaisquer documentos, ainda que verificada posteriormente, será causa de eliminação do interessado do processo de credenciamento, anulando-se a inscrição, bem como todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.

14.9 É de inteira responsabilidade de o interessado acompanhar as informações e os resultados disponibilizados pela Administração.

14.10 Os credenciamentos poderão ser rescindidos a qualquer tempo pela Administração, especialmente no caso de realização de concurso público.



14.10 É facultado a Secretaria Municipal de Saúde o aumento na quantidade de vagas, bem como, a diminuição ou extinção das mesmas.

14.11 É vedada a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como, sem o assentimento da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Madre de Deus, a fusão, cisão ou incorporação da contratada, a subcontratação total do objeto ou a associação da contratada com outrem, não se responsabilizando o Município por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

14.12 Este procedimento poderá ser revogado ou anulado nos termos da Súmula 473 do STF

14.13 Os casos omissos neste Edital serão analisados sob os aspectos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Madre de Deus, 22 de janeiro de 2024.

Salette Guimarães Brito Bahia
Secretária da Saúde de Madre de Deus

Tânia Maria Garboggini Alcântara
Secretária de Administração de Madre de Deus



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Termo de referência destinado a conduzir o processo de Credenciamento de profissionais de saúde: Médicos, em diversas especialidades, Odontólogos, Fisioterapeutas, Terapeuta Ocupacional e Veterinários, através de pessoas jurídicas, para de forma complementar, atender os usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Madre de Deus, no Centro de Especialidades Médicas (CEM), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Fisioterapia, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), nas Unidades de Saúde da Família (USF) e da Secretaria de Administração do Município de Madre de Deus – SEAD.

2. DA MODALIDADE

A presente contratação dar-se-á mediante **CREDENCIAMENTO** via Processo de Chamada Pública, conforme disposto no art. 79 da Lei 14.133/21.

3. DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação fundamenta-se na necessidade imprescindível da prestação dos serviços de saúde à população, de forma adequada, observando-se o grau de complexidade da assistência necessária, com o intuito de garantir o direito fundamental à saúde, nos moldes da assistência estabelecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Justifica-se essa solicitação diante da necessidade da Secretaria Municipal de Madre de Deus de prover a assistência em saúde e não possuir em seu quadro efetivo de pessoal, profissionais de saúde com as especialidades necessárias.

Ao Estado incumbe a missão constitucionalmente orientada de promover a saúde e garantir o acesso universal, igualitário e integral às ações e serviços de saúde, seja qual for o nível de complexidade, através do Sistema Único de Saúde.

O Município de Madre de Deus é habilitado em Gestão Plena do SUS devendo garantir o acesso universal, igualitário e integral ao SUS a população própria atualmente estimada em 21.754 (vinte e um mil setecentos e cinquenta e quatro) habitantes. A cidade de Madre de Deus tem em seu território Distrito-Ilha de Maria Guarda, que a sua população é acolhida pelo serviço universal de acesso à saúde.

O SUS é uma rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, a qual toma como premissa a descentralização com direção única em cada esfera de governo.

A Lei Complementar 141/2012 regulamenta as aplicações mínimas de recursos da saúde por cada ente federativo, define as ações e serviços públicos da saúde e reforça a participação popular no controle



social do SUS. O Sistema Único de Saúde deve garantir a todos os brasileiros o acesso universal e igualitário aos serviços públicos de saúde, garantindo a dignidade da pessoa humana e o direito ao mínimo existencial.

O compromisso do município com a população consiste na reorganização do seu sistema de saúde, tornando-se como uma emergência a garantia de funcionamento dos diversos programas, projetos e unidades assistenciais, visando garantir o acesso e atendimento de forma hierárquica, integrada e humanizada.

Assim sendo, cabe ao gestor municipal de saúde fazer o levantamento das disponibilidades físicas, financeiras e humanas da rede pública sob sua gestão, para garantir a universalidade e integralidade do acesso da população local e referenciada aos serviços de saúde, considerando a demanda existente, através de ações próprias ou utilizando-se da colaboração de terceiros no cumprimento deste mandamento constitucional.

Neste sentido, cumprirá ao gestor em saúde, contratar os serviços necessários para assegurar que a Rede Municipal de Saúde de Madre de Deus atenda à população local, bem como as demandas externas de municípios circunvizinhos.

Outrossim, os contratos oriundos do Processo de Chamada Publica nº 001/2022, cujo objeto foi a contratação pessoas jurídicas de serviços médicos em nível ambulatorial e outros, terão sua vigência expirada no mês de outubro do presente ano. Daí, surgiu a necessidade de assegurar a prestação de serviço médico aos munícipes de Madre de Deus - BA, de forma a complementar a assistência à saúde.

É importante afirmar que o modelo de contratação através de credenciamento assegura a padronização dos instrumentos contratuais, por meio de edital, com regras preestabelecidas, a critério do **CREDENCIANTE**; a adoção de tabelas únicas, garantindo-se a definição prévia dos valores a serem pagos às empresas credenciadas.

O credenciamento, com regras preestabelecidas, permite ao **CREDENCIANTE** a definição de um padrão de qualidade dos serviços, possibilitando a seleção de empresas que atendam aos critérios estipulados.

O credenciamento, mediante a uniformização de cláusulas contratuais, possibilita melhor acompanhamento e fiscalização dos contratos firmados.

4. DO FUNDAMENTO LEGAL:

O credenciamento terá como fundamento legal o inciso IV do art. 74, o inciso II do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 13.709, de 14/08/2018, o Decreto Federal nº 11.878, de 09 de Janeiro de 2024.

Além disso, em decisões recentes, o SFT (Supremo Tribunal Federal) através de Tema de Repercussão Geral assentou a legalidade da terceirização por pejetização, afastando a irregularidade da contratação de pessoa jurídica formada por profissionais liberais para prestar serviços terceirizados na atividade-fim. (*Jurisprudência Rcl 57.917 – São Paulo em 05/06/2023*).

5. DO NÚMERO DE VAGAS E SALÁRIO

O quantitativo estimado levou em consideração o histórico de demanda da rede municipal das referidas especialidades, bem como a disponibilidade orçamentária do Município, demonstrando-se suficiente para suprir a demanda atual da Secretaria de Saúde e os novos programas que serão implementados no



município, como o projeto Madre Mãe (Centro especializado do autismo), ampliação do Centro de Fisioterapia, entre outros.

Tendo em vista a possibilidade de aumento da demanda, com a implementação de novos projetos, faz-se necessário a possibilidade de ampliação dos quantitativos mensurados. Tal possibilidade encontrasse amparada na modalidade de contratação escolhida, o credenciamento, conforme art. 79, II da Lei 14.133/21. Em tais casos, a realidade de mercado impõe a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação do serviço desejado, de modo que é mais vantajoso à Administração credenciar previamente uma série de potenciais interessados, **aumentando assim suas chances de obter condições mais vantajosas quando do surgimento de sua demanda**. Portanto, verifica-se a vantajosidade do aumento da quantidade de vagas a depender da demanda da SESAU, conforme disponibilidade orçamentária do Município para cada exercício.

O valor mensal destinado para a carga horária é FIXO, não podendo sofrer variação na composição do valor global da proposta.

Nos valores indicados já estão incluídos taxas, impostos, contribuições, lucro, encargos trabalhistas e quaisquer outros custos que incidam sobre o preço.

Para o SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA-SAMU, considerando que existem meses que possuem 5 (cinco) plantões mensais, será acrescido o valor correspondente a um plantão de 24(vinte e quatro) horas, ou seja 1/4 do valor mensal, para o quinto plantão de serviço efetivamente prestado no mês, correspondente ao dia do serviço (seg a sex) ou (sab e dom), conforme os valores da tabela referente a categoria.

Para o SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA-SAMU, em caso de necessidade de plantões extras, será pago o valor correspondente ao plantão de 24 (vinte e quatro horas), ou seja, 1/4 do valor mensal, correspondente ao dia do serviço efetivamente prestado (seg a sex) ou (sab e dom), até o limite de 10 plantões extras por mês, conforme os valores da tabela referente a categoria.

Os valores e serviço foram baseados em processos licitatórios diversos como credenciamentos de outros municípios, concursos, site salários.com e do credenciamento anterior deste Município de Madre de Deus, sendo aplicado o índice de correção monetária INPC-IBGE, conforme mapa comparativo em anexo e justificativas para cada especialidade.

TABELA 1

ATENÇÃO PRIMÁRIA						
N	ESPECIALIDADES	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	CARGA HORÁRIA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	MÉDICO UNIDADE SAÚDE DA FAMÍLIA	7	8	40	R\$ 14.666,67	R\$ 102.666,69
2	ODONTOLOGO	8	8	40	R\$ 5.573,66	R\$ 44.589,28
SUBTOTAL						R\$ 147.255,97

SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU 192)



ESTADODA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
SECRETARIA DE SAÚDE



N	ESPECIALIDADES	NÚMER O DE VAGAS	CARGA HORARIA DIARIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	MÉDICO INTERVENCIÓNISTA (SEG A SEX)	5	24	24	R\$ 7.769,95	R\$ 38.849,75
2	MÉDICO INTERVENCIÓNISTA PLANTÃO FINAL DE SEMANA (SABADO E DOMINGO)	2	24	24	R\$ 8.378,03	R\$ 16.756,06
SUBTOTAL						R\$ 55.605,81

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS						
N	ESPECIALIDADES	NÚMER O DE VAGAS	CARGA HORARIA SEMANAL	CARGA HORARIA MÊS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	MÉDICO PSIQUIATRA	1	20	80	R\$ 9.425,27	R\$ 9.425,27
2	TERAPEUTA OCUPACIONAL - TO	5	20	80	R\$ 4.000,00	R\$ 20.000,00
SUBTOTAL						R\$ 29.425,27

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESAU						
N	ESPECIALIDADES	NÚMER O DE VAGAS	CARGA HORARIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA MÊS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	MÉDICO AUTORIZADOR	1	6	24	R\$ 4.293,97	R\$ 4.293,97
2	MÉDICO COORDENADOR	1	6	24	R\$ 8.106,77	R\$ 8.106,77
3	MÉDICO DO TRABALHO	1	6	24	R\$ 9.042,76	R\$ 9.042,76
4	MÉDICO VETERINÁRIO	1	40	160	R\$ 4.430,33	R\$ 4.430,33
SUBTOTAL						R\$ 25.873,83

CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS – CEM
--



ESTADODA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
SECRETARIA DE SAÚDE



N	ESPECIALIDADES MÉDICAS	NÚMERO DE VAGAS	QUANT. DE ATENDIMENTO MENSAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA MÊS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	ANGIOLOGISTA	2	40	6	12	R\$ 3.449,22	R\$ 6.898,44
2	CARDIOLOGISTA	2	80	6	24	R\$ 7.425,64	R\$ 14.851,28
3	CARDIOLOGISTA PEDIÁTRICO	1	40	6	12	R\$ 3.712,82	R\$ 3.712,82
4	CIRURGIÃO GERAL	2	60	6	18	R\$ 6.629,22	R\$ 13.258,44
5	DERMATOLOGISTA	1	80	6	24	R\$ 7.425,64	R\$ 7.425,64
6	ENDOCRINOLOGISTA	2	80	6	24	R\$ 7.425,64	R\$ 14.851,28
7	GASTROENTEROLOGISTA	1	80	6	24	R\$ 7.425,64	R\$ 7.425,64
8	GERIATRA	2	80	6	24	R\$ 8.174,56	R\$ 16.349,12
9	HEMATOLOGISTA	1	40	6	12	R\$ 4.321,76	R\$ 4.321,76
10	HEMATOLOGISTA PEDIÁTRICO	1	40	6	12	R\$ 4.321,76	R\$ 4.321,76
11	MEDICO USG* (com equipamento)	2	250	8	32	R\$ 16.102,39	R\$ 32.204,78
12	NEFROLOGISTA	1	40	6	12	R\$ 4.699,12	R\$ 4.699,12
13	NEUROLOGISTA	1	80	6	24	R\$ 7.958,96	R\$ 7.958,96
14	NEUROLOGISTA PEDIÁTRICO	2	80	6	24	R\$ 12.881,91	R\$ 25.763,82
15	OBSTETRA DE ALTO RISCO	1	40	6	12	R\$ 4.712,63	R\$ 4.712,63
16	OFTALMOLOGISTA * (com equipamento)	2	80	6	24	R\$ 9.311,17	R\$ 18.622,34
17	ORTOPEDISTA	2	40	6	12	R\$ 4.366,14	R\$ 8.732,28
18	ORTOPEDISTA PEDIÁTRICO	1	40	6	12	R\$ 4.366,14	R\$ 4.366,14
19	OTORRINOLARINGOLOGISTA	1	40	6	12	R\$ 4.049,22	R\$ 4.049,22
20	PEDIATRA	2	80	6	24	R\$ 7.425,64	R\$ 14.851,28
21	PNEUMOLOGISTA	1	40	6	12	R\$ 4.083,52	R\$ 4.083,52
22	PROCTOLOGISTA	1	40	6	12	R\$ 4.722,52	R\$ 4.722,52
23	REUMATOLOGISTA	2	60	6	18	R\$ 6.469,53	R\$ 12.939,06
24	UROLOGISTA	1	80	6	24	R\$ 7.692,28	R\$ 7.692,28
SUB-TOTAL							R\$ 248.814,13

CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER – CRM							
N	ESPECIALIDADES MÉDICAS	NÚMERO DE VAGAS	QUANT. DE ATENDIMENTO MENSAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA MÊS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	GINECOLOGISTA	2	100	6	24	R\$ 9.425,27	R\$ 18.850,54
2	MASTOLOGISTA	1	80	6	24	R\$ 7.052,85	R\$ 7.052,85



ESTADODA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
SECRETARIA DE SAÚDE

SUB-TOTAL	R\$ 25.903,39
-----------	------------------

CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLOGICA – CEO						
N	ESPECIALIDADES	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORARIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	CIRURGIÃO DENTISTA –ESPECIALISTA EM CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCOMAXILOFACIAL	1	30	120	R\$ 5.120,98	R\$ 5.120,98
2	CIRURGIÃO DENTISTA –ESPECIALISTA EM ENDODONTIA	2	30	120	R\$ 5.120,98	R\$ 10.241,96
3	CIRURGIÃO DENTISTA –ESPECIALISTA EM PERIODONTIA	1	20	80	R\$ 3.413,98	R\$ 3.413,98
4	CIRURGIÃO DENTISTA –ESPECIALISTA EM ODONTOPEDIA TRIA	1	30	120	R\$ 5.120,98	R\$ 5.120,98
5	CIRURGIÃO DENTISTA –ESPECIALISTA EM ATENDIMENTO À PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	1	20	80	R\$ 3.413,99	R\$ 3.413,99
6	CIRURGIÃO DENTISTA –ESPECIALISTA EM ESTOMATOLOGIA	1	20	80	R\$ 3.413,99	R\$ 3.413,99
SUB-TOTAL						R\$ 30.725,88

CENTRO DE ESPECIALIDADE FISIOTERAPICA – CEF						
N	ESPECIALIDADES	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORARIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	FISIOTERAPEUTA	8	30	6	R\$ 4.257,57	R\$ 34.060,56
SUB-TOTAL						R\$ 34.060,56

TOTAL MÊS/SESAU	R\$ 597.664,84
TOTAL ANUAL/SESAU	R\$ 7.171.978,08

MÉDICO INTERVENCIONISTA 24h (segunda a sexta incluindo feriados)

MÉDICO INTERVENCIONISTA PLANTÃO FINAL DE SEMANA 24H (Sab e Dom incluindo feriados)

* No caso do Médico USG não foi definido o número de médico especialista e sim o número de USG a serem realizadas, considerando os procedimentos existentes na Tabela SUS. Por esse motivo, a PJ a ser contratada deverá dispor de Médicos especialistas em USG que garantam a realização das USG existentes na Tabela SUS, **forneendo o equipamento de USG por suas custas, durante todo o contrato.**



*** No Caso do médico oftalmologista o mesmo deverá fornecer o equipamento necessário ao seu serviço durante todo o contrato**

Tendo em vista a solicitação da SEAD, através do Ofício n. 134/2023, solicitando desta secretaria um profissional médico do trabalho, incluímos no credenciamento a demanda solicitada. Em tempo anexamos a dotação da respectiva pasta que fará frente a despesa abaixo relacionada.

MÉDICO DO TRABALHO DA SEAD

1	MÉDICO DO TRABALHO	1	6	24	R\$ 9.042,76	R\$ 9.042,76
TOTAL MÊS/ SEAD						R\$ 9.042,76
TOTAL ANUAL/ SESAU						R\$ 108.513,12

VALOR GLOBAL. R\$7.280.491,20 (sete milhões duzentos e oitenta mil quatrocentos e noventa e um reais e vinte centavos)

5.2 DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Além das vagas já previstas nesse Termo de Referência, poderão ser convocados em até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do número de vagas destinada a cada especialidade, tendo em vista a possibilidade de ampliação dos serviços, e projetos a serem implementados no município.

Tal possibilidade encontrasse amparada na modalidade de contratação escolhida, o credenciamento, conforme art. 79, II da Lei 14.133/21. Em tais casos, a realidade de mercado impõe a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação do serviço desejado, de modo que é mais vantajoso à Administração credenciar previamente uma série de potenciais interessados, **aumentando assim suas chances de obter condições mais vantajosas quando do surgimento de sua demanda.** Portanto, verifica-se a vantajosidade do aumento da quantidade de vagas a depender da demanda da SESAU, conforme disponibilidade orçamentária do Município para o exercício.

5.3 DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Os profissionais de saúde de nível superior a serem credenciados deverão prestar seus serviços nas Unidades de Saúde da Rede Municipal situadas na cidade de MADRE DE DEUS – BA, bem como nos programas aos quais estiverem vinculados, conforme designação da Secretaria de Saúde.

6. DOS PRAZOS

Este credenciamento terá sua vigência por prazo indeterminado a contar da data da sua publicação, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados, conforme disposto no inciso I do art. 79 da Lei 14.133/2021

O prazo de vigência dos contratos advindos do credenciamento será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado ou acrescido, observando-se a forma e o limite estipulado, na forma dos artigos 106 da Lei nº 14.133/2021, mediante assinatura



de Termo Aditivos entre as partes, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do respectivo contrato.

A contratação plurianual é deveras vantajosa para a Administração, tendo em vista o valor da contratação mantidos por 24 meses, uma vez que estamos falando de contratação de profissionais de saúde que possui mercado fluido, sendo vantajoso para a Administração manter o mesmo preço da contratação por um lapso temporal maior.

A Prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosa para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão credenciar-se todos os interessados, pessoas jurídicas, que estejam legalmente estabelecidos para os fins do objeto pleiteado, desde que atendidos os requisitos exigidos neste instrumento de credenciamento e seus anexos.

7.2 NÃO SERÃO CREDENCIADAS:

Pessoas jurídicas que estejam sob regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

Pessoas físicas ou jurídicas que deixem de apresentar documentação ou informação prevista no TR ou apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste TR.

7.3 ESTÃO IMPEDIDAS DE PARTICIPAR DO PRESENTE PROCESSO:

Estarão impedidos de participar do processo de credenciamento, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

- m) Que estejam reunidas em consórcio, ou seja, controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;
- n) Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária de contratar, imposta pelo município de Madre de Deus.
- o) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de governo
- p) As hipóteses previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações;
- q) Estejam em situação fiscal irregular perante o RGPS/INSS e/ou FGTS;
- r) Encontrem-se inadimplentes em relação às penalidades pecuniárias que lhes tenham sido impostas pelo CISAMVI em Processo Administrativo do qual não caiba mais recurso;
- s) Estrangeiras que não funcionem no país.
- t) Pessoas físicas e jurídicas cujos sócios, proprietários, administradores ou dirigentes ocupem cargo de direção ou função de confiança seja na esfera Federal, Estadual ou Municipal (art. 26, § 4º da Lei Federal nº 8.080/90) ou ainda, que sejam servidores ou dirigentes do órgão responsável pelo presente credenciamento;
- u) Pessoas físicas e jurídicas cujos sócios, proprietários, administradores ou dirigentes sejam servidores ou dirigentes do órgão responsável pelo presente credenciamento (art. 6º, inciso V da Lei nº 14.133/21);



- v) Também ficam impedidos de participar do processo de contratação quaisquer profissionais vinculados ao órgão responsável pelo presente credenciamento.
- w) Cooperativas Médicas, a teor da Súmula 281 do TCU;

7.4. DA FORMA DE INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO

Os interessados poderão inscrever-se para o credenciamento a partir da publicação do presente Edital no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas- PNCP, conforme art. 79, parágrafo único, inciso I.

O interessado em ser credenciado deverá protocolar na sala do Departamento de CREDENCIAMENTO localizado na SESAU- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no endereço Rua Brasília, s/n – Suape - Madre de Deus - BA. CEP. 42.600-000 e no prazo fixados no Edital, o requerimento acompanhado de toda a documentação necessária para credenciamento.

A partir do dia e hora estabelecidos no preâmbulo do edital, a Comissão receberá, mediante protocolo, toda documentação apresentada pelos interessados;

No ato da entrega da documentação, o interessado receberá protocolo atestando o recebimento do envelope devidamente lacrado pela instituição. O referido atesto não certificará que a documentação está completa e condizente com os preceitos estabelecidos no edital, ficando condicionada à efetiva análise pela Comissão.

A entrega dos documentos dar-se-á mediante protocolo, que servirá como comprovante da inscrição.

A solicitação de credenciamento é feita mediante apresentação do Requerimento de Credenciamento à comissão, que deverá ser entregue juntamente com os documentos de habilitação e todas as declarações constantes nos anexos do edital.

O requerimento de credenciamento e os documentos que o instruírem deverão estar dispostos ordenadamente e serem datados e assinados pelo representante legal do interessado.

Os documentos exigidos para credenciamento deverão ser apresentados em original, cópia autenticada em cartório ou em cópia simples para ser autenticado por servidor desta entidade.

A inscrição neste credenciamento é aceitação tácita dos preços constantes neste Termo de Referência.

Os interessados poderão credenciar-se para prestação de um ou mais serviços constantes da Tabela 01 do Termo de Referência, desde que preenchidos os requisitos constantes neste TR.

O processo de credenciamento estará aberto para cadastramento de novos interessados, enquanto perdurar a vigência desse procedimento.

Não havendo o preenchimento das necessidades da SESAU com o contingente oriundo do processo de credenciamento, a SESAU poderá, a qualquer tempo, credenciar profissionais sob os mesmos termos, enquanto perdurar a vigência desse processo, preservando, assim, a qualidade e continuidade do atendimento em sua rede de assistência.



O interessado que deixar de apresentar a documentação exigida no edital e seus anexos não será credenciado, podendo a qualquer tempo, solicitar novo credenciamento, desde que preenchidos todas as condições editalícias.

Os interessados deverão apresentar, juntamente com o Requerimento de Credenciamento, os documentos a seguir discriminados.

Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial devidamente inscrito na Junta Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Comprovante de regularidade em relação ao recolhimento do ISS do município sede da empresa;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) cópia da carteira de identidade dos representantes legais;
- g) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- h) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, com ramo de atividade compatível com o objeto contratual;
- i) Os serviços propostos pela Credenciada deverão ser compatíveis com o objeto social da pessoa jurídica.

Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria da Receita Federal pelo link: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir>, abrangendo inclusive Contribuições Previdenciárias tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional do domicílio ou sede do proponente;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da pessoa jurídica, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de negativa, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da pessoa jurídica, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de negativa, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, sendo que estas poderão estar atestadas pelos órgãos expedidores; através de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, que pode ser conseguida através do link <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) no âmbito nacional, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, que pode ser conseguida através do link <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>; comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- f) Comprovação de Registro no Conselho Regional profissional que desempenhará as funções;



- g) Declaração de responsabilidade, indicando o responsável pela execução dos serviços
- h) Declaração de Idoneidade.
- i) Certidão negativa correcional, obtida através do link <https://certidoes.cgu.gov.br/>.
- j) Declaração em papel timbrado dos dirigentes ou representantes legais de que não ocupam Cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível, na área pública de saúde, no âmbito do Município de Madre de Deus.

Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data de apresentação da documentação;

Qualificação técnica:

A comprovação da qualificação técnica será feita através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Diploma ou certificado de conclusão de curso;
- b) Prova de registro da empresa e/ou dos profissionais no respectivo conselho competente ou equivalente.
- c) Certidão negativa/nada consta emitida pelo conselho de classe profissional.
- d) Curriculum VITAE;
- e) Para as vagas relacionadas as especialidades odontológicas: comprovação de residência na respectiva área de atuação ou Pós-graduação lato sensu ou stricto sensu na respectiva área ou curso de aperfeiçoamento/atualização ou comprovação de atuação na área de no mínimo 1 (um) ano;(exceto dentista de PSF)
- f) Para as vagas relacionadas as especialidades médicas: Registro de Especialista (RQE) Junto ao Conselho Regional de Medicina, referente a especialidade almejada, quando possuir; ou Comprovação de residência na respectiva área de atuação ou Pós-graduação lato sensu ou stricto sensu na respectiva área ou curso de aperfeiçoamento/atualização ou comprovação de atuação na área de no mínimo 1 (um) ano (exceto para médico de PSF e médico de SAMU)
- g) Certificados de participações em cursos e congressos na área ao qual se credenciará;

7.5. DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO.

O Credenciamento contará com uma comissão mista técnica, nomeada conforme portaria n. 22/2023, que conduzirá os trabalhos em sua totalidade.

Os pedidos de credenciamento serão analisados pela Comissão designada pelo Município de Madre de Deus-BA, em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos no edital.

A Comissão poderá, a qualquer tempo, verificar a veracidade das informações prestadas por atestados, certidões e declarações; a autenticidade dos documentos apresentados; bem como solicitar outros documentos que julgar necessários para a avaliação dos documentos apresentados.

Após recebimento da documentação, a Comissão, fará análise dessa documentação em conformidade com as exigências constantes no Edital e, sendo constatada a insuficiência das informações ou ausência ou irregularidade da documentação, será comunicado formalmente ao interessado a sua inabilitação ao credenciamento e os requisitos editalícios que deixaram de ser adequadamente atendidos.

O deferimento do pedido de credenciamento fica condicionado ao atendimento às exigências previstas neste edital e nos seus anexos.



Estando a documentação apresentada em conformidade com as exigências deste Edital, a interessada será declarada HABILITADA ao Credenciamento.

Serão credenciados todos os interessados que preencham os requisitos previstos neste edital e nos seus anexos

O credenciamento não implica no direito à contratação, a qual se dará ao exclusivo critério da Prefeitura Municipal de Madre de Deus-BA, de acordo com as necessidades do Município, as metas planejadas e programadas pela Secretaria de Saúde e a disponibilidade financeira e orçamentária.

O prazo de análise dos requerimentos de credenciamento será de 10(dez) dias úteis, a contar da inscrição, prorrogável por idêntico período, mediante justificativa escrita.

Serão procedidos novos julgamentos enquanto houver pedidos de inscrição pendentes de apreciação, incorporando-se os novos proponentes ao quadro de credenciados.

Os resultados parciais de julgamento dos pedidos de credenciamento serão publicados no Diário Oficial do Município.

7.6DA CLASSIFICAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO

A classificação se dará por a análise curricular e documental de caráter classificatório, onde será avaliado o nível de formação e experiência profissional comprovada.

Em caso de empate será procedido sorteio como critério de desempate

A convocação dar-se-á de acordo com as necessidades das unidades e a disponibilidade financeira e orçamentária do município.

A convocação se dará de forma isonômica, objetiva e impessoal.

Em relação aos comprovantes do nível de formação só serão aceitos certificados de instituições reconhecidas pelo MEC.

A comprovação de experiência poderá ser através de declaração de clinicas e unidades de atendimento que o interessado em se credenciar atuou.

A análise curricular /documental compreende:

- a) A veracidade/legalidade das informações contidas nas documentações apresentadas.
- b) Regularidade do CNPJ e apresentação correta dos documentos solicitados.

A ordem de chamamento terá como parâmetro a ordem de classificação, e de acordo com a demanda de especialidades nas unidades de saúde, cuja capacidade técnica do profissional se enquadre.

A metodologia de distribuição da Pessoa Jurídica nos serviços obedecerá aos seguintes critérios, salvaguardando os princípios da objetividade e impessoalidade:

- (a) lotação no serviço que tiver maior déficit de especialidades, cuja capacidade técnica do profissional se enquadre.
- (c) distribuição da Pessoa Jurídica nos serviços de acordo com o quantitativo de vagas disponíveis;

Terão prioridade as Unidades de saúde da família com menor cobertura de Atenção Primária

7.7 DOS RECURSOS



Da decisão de indeferimento do credenciamento caberá recurso no prazo de 03(três) dias úteis, que deverá ser protocolado da mesma forma do credenciamento, e será dirigido à Comissão Especial de Credenciamento, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 3(três) dias úteis após a análise das razões recursais, e, se mantida a decisão, encaminhará o recurso com sua motivação para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de divulgação da interposição do recurso.

Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Os julgamentos dos recursos interpostos serão publicados no Diário Oficial do Município.

Decorrido o prazo recursal ou após o julgamento dos recursos interpostos, a autoridade superior divulgará o resultado final do julgamento dos pedidos de credenciamento e divulgará no Diário Oficial do Município.

7.8DA CONTRATAÇÃO

A contratação dos credenciados será para a prestação de serviços conforme Anexo I.

O Contrato Administrativo com as interessadas consideradas habilitadas será celebrado mediante Inexigibilidade de Licitação, nos termos permissivos do artigo 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O contrato a ser firmado obedecerá à minuta constante no edital.

O credenciado convocado para assinar o contrato terá o prazo de 03 (três) dias úteis para fazê-lo, podendo ser o prazo prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo prestador e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela SESAUI, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no respectivo Contrato, assegurado o direito de ampla defesa

Para a assinatura do contrato o credenciado poderá ser representado por:

- A) Administrador que tenha poderes de gerência;
- B) Procurador munido de instrumento público de mandato, com poderes específicos para assinar o contrato.

A documentação legal exigida neste edital deverá estar válida na data da assinatura do contrato.

O contrato celebrado com o interessado habilitado não gera a credenciada qualquer vínculo empregatício ou funcional com a SESAUI.

São de inteira responsabilidade das Pessoas Jurídicas contratadas, as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais e trabalhistas resultantes da execução do Contrato.

8.DAS OBRIGAÇÕES



DO CONTRATANTE

Publicar o resumo do Contrato e dos aditamentos na Imprensa Oficial, conforme a Lei Federal 14.133/21;

Transmitir à CONTRATADA as informações necessárias a prestação do serviço;

Designar prepostos para proceder ao acompanhamento e à fiscalização do serviço prestado, com competência para atestar o efetivo serviço bem como anotar, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

Efetuar, nos prazos previstos neste Termo de Referência, o pagamento devido à CONTRATADA oriundos do serviço prestado.

DO CONTRATADO

Ter carga horária semanal disponível para cadastramento no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, conforme estabelecido na Portaria nº 134/2011;

Cumprir integralmente a carga horária contratada.

Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas neste edital para credenciamento.

Responsabilizar-se integralmente por todos os compromissos assumidos neste Contrato;

Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, por sua culpa ou em consequência de erros, imperícia ou imprudência na execução dos serviços contratados;

Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;

Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente Contrato, inclusive as obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas dos seus empregados;

Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a assinatura do Contrato.

Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas por força deste edital ou do contrato dele decorrente.

Aceitar nas mesmas condições, acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) para mais ou para menos, na quantidade da jornada de trabalho.

9. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Secretaria Municipal de Saúde exercerá o acompanhamento dos serviços através de técnicos devidamente autorizados, sem reduzir nem excluir a responsabilidade da CONTRATADA.



A gestão do contrato será feita pela Secretaria de Saúde, através da GESTORA DE COMPRAS E CONTRATOS e a fiscalização da execução da prestação do serviço será realizada por meio dos coordenadores de cada serviço, sendo os mesmos responsáveis pelo acompanhamento e adoção das providências cabíveis ao cumprimento do objeto, conforme portaria SESAU.

Ficam reservados à Secretaria Municipal de Saúde, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto no Contrato, no Edital, nas Leis, nas Normas, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com os serviços em questão.

A substituição dos profissionais da CONTRATADA durante a execução dos serviços dependerá da aquiescência da Secretaria Municipal de Saúde, quanto ao substituto apresentado.

Os serviços deverão desenvolver-se sempre em regime de estrito entendimento entre a CONTRATADA, e a Secretaria Municipal de Saúde, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento do contrato.

10. DO DESCREDENCIAMENTO/ RESCISÃO

10.1 Serão descredenciadas as pessoas jurídicas que:

- a) Descumprirem quaisquer das cláusulas estipuladas no Termo de Credenciamento a ser celebrado.
- b) Não mantiverem as condições de habilitação exigidas para o credenciamento.

10.2 O contrato poderá ser rescindido de pleno direito:

- k) Pela inobservância de qualquer cláusula, condição ou obrigação por parte do Credenciado/Contratado;
- l) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;
- m) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do Credenciado;
- n) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;
- o) As hipóteses previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- p) A reincidência no descumprimento de quaisquer das condições elencadas no presente Edital de Credenciamento, no Contrato, ou ainda, a prática de atos que caracterizem má-fé em relação ao município, apuradas em processo administrativo.
- q) A qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, ou por iniciativa de qualquer uma delas, desde que devidamente justificado e comunicado com antecedência mínima de 30(trinta) dias.
- r) Pela superveniência de qualquer norma legal ou fato impeditivo que torne inexecutável o ajuste.
- s) Pela paralisação da execução dos serviços, por parte do contratado, sem motivo justificado ou prévia comunicação em tempo hábil para que a SESAU possa realizar a devida substituição, sendo aplicada as sanções administrativas.
- t) Perda das condições de habilitação do credenciado;

10.1 O descredenciamento/rescisão não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, se for o caso.

11 .DO CUSTO ESTIMADO

A remuneração pela prestação dos serviços credenciados observará estritamente a Tabela de Valores constada no Anexo I – Termo de Referência, estando inclusos todas as taxas, custos diretos e indiretos, impostos e outros dispêndios com a prestação dos serviços.



O custo estimado anual (global) da presente contratação é de **VALOR GLOBAL. R\$7.280.491,20 (sete milhões duzentos e oitenta mil quatrocentos e noventa e um reais e vinte centavos)** conforme orçamento de cada pasta.

Os valores estimados supracitados não implicam em previsão de crédito em favor da contratada, que somente fará jus aos valores dos serviços efetivamente prestados, e devidamente atestados pela SESAU;

O custo estimado da contratação e os respectivos valores máximos foram apurados de acordo com o valor dos contratos vigentes com o mesmo objeto, bem como a quantidade de horas e número de consultas que seriam suficientes para compor as equipes necessárias para atender as demandas e planejamentos da Secretaria Municipal de Saúde de Madre de Deus-BA.

12.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO SESAU

Órgão: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
Unidade: 12.01. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FONTE 600.0000.0000\500.1002.0000 - AÇÃO 2077 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO EM SAÚDE ESPECIALIZADA - HOSPITALAR E AMBULATORIAL
FONTE 500.1002.0000 - AÇÃO 2081 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DO CAPS
FONTE 500.1002.0000\600.0000.0000 - AÇÃO 2078 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)
FONTE 500.1002.0000 - AÇÃO 2017 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DO CENTRO DE ESPECIFICIDADES ODONTOLÓGICAS – CEO
FONTE 500.1002.0000\600.0000.0000\621.0000.0000 - AÇÃO 2079 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA EMERGÊNCIA MÓVEL - SAMU
FONTE 500.1002.0000 - AÇÃO 2080 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO CAF-CENTRO DE ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO
FONTE 500.1002.0000- AÇÃO 2023 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO CRM-CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER

DOTAÇÃO SEAD

Órgão:	(Secretaria de Administração)
Elemento:	3.3.90.39 – SERVIÇO DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
Ação:	2006 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E APOIO ADMINISTRATIVO
Fonte	500.0000 – RECURSO PRÓPRIO

13.DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO



A contratada deverá apresentar, até o dia 05 de cada mês, as faturas/Notas Fiscais dos serviços realizados ao setor responsável pela fiscalização do contrato.

Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até **20 (vinte) dias corridos**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada à execução contratual, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.

14.DA SUBCONTRATAÇÃO E DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É vedada a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como, sem o assentimento da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Madre de Deus, a fusão, cisão ou incorporação da contratada, a subcontratação parcial do objeto ou a associação da contratada com outrem, não se responsabilizando o Município por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

15.DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

Somente será pago à empresa Contratada, os valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados, após a devida comprovação das notas fiscais devidamente atestadas.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações, conforme disposto no art. 155 da Lei 14.133/21.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas no art. 156 e seguintes da Lei 14.133/21.

O contratado sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na Lei 14.133/21, bem como na Lei nº 2.848/40, Código Penal Brasileiro na sua atual redação, sem prejuízo das demais cominações legais.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ao presente processo não se aplica o tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, por não ser vantajoso para a Administração pública, conforme disposto na Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e suas alterações.

O Edital será publicado no Diário Oficial do Município e disponibilizado na íntegra no site oficial deste município endereço eletrônico:
(https://diario.indap.org.br/?estado_id=5&cidade_id=2067&cidade=Madre+de+Deus&estado=BA&orgao=Prefeitura) e no Portal Nacional de Compras Públicas- PNCP, conforme art. 79, parágrafo único, inciso I.

Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital, ou ainda, por qualquer outro motivo alegado em relação a este processo de credenciamento.



As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, assim como as impugnações ao presente ato convocatório deverão ser dirigidas aos Agentes de Contratações Comissão de credenciamento deste Município, até 03 (três) dias úteis antes da data final fixada para o credenciamento, devendo ser por escrito, podendo ser protocolada no Departamento de CREDENCIAMENTO na Secretaria Municipal de Saúde, sito na Rua Brasília nº 180 – Bairro SUAPE, Madre de Deus - BA, CEP 42.600-000, no horário (09:00 às 13:00h) 2º ANDAR ou pelo e-mail: credenciamento.saude@prefeitura.madrededeus.ba.gov.br

O Município, através da Comissão de Credenciamento e /ou da Secretaria Municipal de Saúde, reserva-se no direito de promover diligência destinada a instrução do processo relativo a este Credenciamento.

A inobservância, em qualquer fase do processo de credenciamento, por parte do interessado, dos prazos estabelecidos em notificações pessoais ou gerais, será caracterizada como desistência, implicando sua exclusão do certame.

A inexistência de afirmativas, declarações falsas ou irregulares em quaisquer documentos, ainda que verificada posteriormente, será causa de eliminação do interessado do processo de credenciamento, anulando-se a inscrição, bem como todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.

É de inteira responsabilidade de o interessado acompanhar as informações e os resultados disponibilizados pela administração.

Não serão fornecidas informações por telefone quanto ao processo de credenciamento, bem como não serão expedidos atestados, cópias de documentos, certificados ou certidões relativas à inscrição e participação, valendo para tal fim os resultados publicados no Oficial do Município.

Os credenciamentos poderão ser rescindidos a qualquer tempo pela administração, especialmente no caso de realização de concurso público.

Os casos omissos neste Edital serão analisados sob os aspectos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Madre de Deus/BA, 20 de dezembro de 2023.

Responsável pela elaboração deste Termo de Referência:

Ana Cristina da Cruz Ramos
Garrido
Mat. 910247
Coord. Média e Alta Complexidade

Maria Aparecida Monteiro
Mat. 910251
Coordenadora Atenção Básica

Aprovo:

Salette Guimaraes Brito Bahia
Secretária Municipal de Saúde
de Madre de Deus-BA

Tânia Maria Garboggini Alcântara
Secretária de Administração de Madre de Deus



ANEXO II

MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO À COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO.

_____(razão/denominação social da pessoa jurídica), CNPJ nº._____; inscrição estadual nº_____, com sede à Rua_____, N°_____, Bairro_____, Cidade_____, CEP_____, Estado_____, telefone nº_____, e-mail_____, neste ato representada na forma do seu (estatuto/regimento/contrato social), pelo (a) Sr. (a)_____, portador (a) do documento de identidade nº_____, vem requerer, através do presente, o seu credenciamento para a prestação dos serviços de_____, conforme edital e regulamento publicado por esta Prefeitura.

DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Conhece os termos do edital de credenciamento e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento, com os quais concorda;
- Está de acordo com as normas e tabela de valores definidos no edital;
- Realizará todas as atividades a que se propõe;
- Não se encontra suspensa, nem declarada inidônea para participar de licitações ou contratar com órgão ou entidades da Administração Pública;
- Não se enquadra nas situações de impedimentos previstos no edital do credenciamento;
- Não há qualquer fato impeditivo do seu credenciamento;
- Compromete-se a declarar qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação;
- Os serviços pleiteados para credenciamento são compatíveis com o objeto social da pessoa jurídica, a experiência, a capacidade instalada, a infra-estrutura adequada à prestação dos serviços conforme exigidos no edital de credenciamento e nos seus anexos;

As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras.

Junta a apresentar requerimento toda a documentação exigida no edital de credenciamento nº_____,
de _____ de xxxx.

(Nome e assinatura do representante legal da pessoa jurídica)

CREDENCIAMENTO – EDITAL Nº ____/2024.
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO.

EMPRESA:	
ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:	
Nº DE INSCRIÇÃO:	DATA:
CNPJ:	ATENDENTE:



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

A _____ (nome _____) da
empresa) _____, CNPJ nº _____
_____, com sede à
Rua _____, Bairro _____, Cidade _____
_____, CEP _____, Estado _____, telefone
nº _____, e-mail _____ neste ato representada na forma
do seu (estatutos/regimento/contrato social), pelo (a) Sr. (a)
_____, portador (a) do documento de identidade nº
_____, declara, sob as penas da lei, que em suas instalações,
não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a
realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de
14 anos.

_____ de _____ xxxx.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E EXIGÊNCIAS DO EDITAL

A _____ empresa

CNPJ nº _____ com sede em

(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado para para fins do
CREDENCIAENTO 001/2024 declara expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação
e exigências do Edital, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

XXXXX, 00 de XXXXXX de XXXX.

Responsável legal da empresa
Assinatura/carimbo



ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS _____ QUE CELEBRAM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MADRE DE DEUS E A
EMPRESA _____.

O MUNICÍPIO DE MADRE DE DEUS, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/ ADMINISTRAÇÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [...], com sede à [...].nesta cidade, neste ato representado pela Secretária da Saúde/ Administração [...], doravante denominado **CONTRATANTE**, e [...], CNPJ nº [...] Inscrição Municipal nº [...], situado à [...], habilitado no Credenciamento nº 001/2024, Inexigibilidade nº [...] /2024, neste ato representada pelo Sr. [...], portador de documento de identidade nº [...], emitido por [...], doravante denominada(o) apenas **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente Contrato para a prestação de serviços [...] especializados, que se regerá pela Lei Federal 14.133/21, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CREDENCIAMENTO de profissionais de saúde, através de pessoas jurídicas, para exercer a função de _____, conforme especialidade constante na tabela 1 do Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

2.1 A CONTRATADA declara que aceita prestar os serviços objeto deste Contrato, nos termos do presente instrumento, sujeito a eventuais alterações que venham a ser introduzidas, que se presumirão conhecidas pela **CONTRATADA** quando publicadas no Diário Oficial do Município ou comunicadas mediante correspondência expedida sob registro postal ou protocolo.

2.2 Os serviços deverão ser prestados, necessariamente, nas unidades públicas de saúde da Secretaria Municipal de Madre de Deus/BA, de acordo com os critérios de distribuição definidos no item 4 do edital do credenciamento.

2.3 Os sócios, dirigentes e empregados das pessoas jurídicas não terão quaisquer vínculos com o município de Madre de Deus, estatutário ou não, direto ou indireto, tampouco poderão ocupar cargo ou função de chefia ou assessoramento, em qualquer nível.

2.4 A CONTRATADA declara conhecer a Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.5 A CONTRATADA declara ter disponibilidade para prestar os atendimentos, conforme as normas fixadas pela **CONTRATANTE**, e segundo as normas do Ministério da Saúde, inclusive obedecendo às disposições éticas e técnicas dos respectivos Conselhos de Classes Profissionais.

2.6 São de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais e trabalhistas resultantes da execução do contrato.

2.7 A CONTRATADA e seus profissionais são responsáveis pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** e/ou terceiros, decorrentes da execução do contrato.



2.8 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, devendo ser os serviços executados exclusivamente pelo titular ou sócio(s) da **CONTRATADA** e/ou seus empregados (CLT).

2.9 O inadimplemento do contrato implicará em sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, no respectivo contrato e no edital do credenciamento, assegurado o direito à ampla defesa.

2.10 A **CONTRATADA** deverá manter durante todo o vínculo contratual as mesmas condições de habilitação constantes no instrumento editalício.

2.11 A **CONTRATADA** declara conhecer e aceitar os critérios de distribuição dos profissionais de saúde nas unidades de saúde da **CONTRATANTE**, insertos no item 4 do edital do credenciamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO SESAU

Órgão: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
Unidade: 12.01. - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 600.0000.0000\500.1002.0000 - AÇÃO 2077 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO EM SAÚDE ESPECIALIZADA - HOSPITALAR E AMBULATORIAL
FONTE 500.1002.0000 - AÇÃO 2081 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DO CAPS
FONTE 500.1002.0000\600.0000.0000 - AÇÃO 2078 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)
FONTE 500.1002.0000 - AÇÃO 2017 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DO CENTRO DE ESPECIFICIDADES ODONTOLÓGICAS – CEO
FONTE 500.1002.0000\600.0000.0000\621.0000.0000 - AÇÃO 2079 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA EMERGÊNCIA MÓVEL - SAMU
FONTE 500.1002.0000 - AÇÃO 2080 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO CAF-CENTRO DE ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO
FONTE 500.1002.0000- AÇÃO 2023 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO CRM-CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER

DOTAÇÃO SEAD

Órgão:	(Secretaria de Administração)
Elemento:	3.3.90.39 – SERVIÇO DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
Ação:	2006 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E APOIO ADMINISTRATIVO
Fonte	500.0000 – RECURSO PRÓPRIO

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1 O preço a ser pago ao CONTRATADO será aferido mediante a aplicação da tabela constante do Anexo I do TR sobre os serviços efetivamente prestados.



4.2 A Tabela do Anexo I menciona o valor a ser pago para cada especialidade, bem como a quantidade de atendimentos.

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão incluídos todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, todo pessoal, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados (quando necessários), depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento, pelo CONTRATADO de suas obrigações.

4.4 Tomando-se por base os preços da tabela do Anexo I dá-se ao presente Contrato o valor mensal estimado de R\$ [...].

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

5.1 Os preços contratuais, a princípio, são fixos e só reajustáveis na forma da lei.

5.2 No caso de prorrogação do contrato, e se couber reajuste, este observará o INPC-IBGE, ou outro aplicado no município.

5.3 A solicitação de reajuste deve ser, obrigatoriamente, de iniciativa da CONTRATADA.

5.4 Os reajustes de preços a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do Contrato, serão objeto de preclusão lógica.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 A contratada deverá apresentar, até o dia 05 de cada mês, as faturas/Notas Fiscais dos serviços realizados ao setor responsável pela fiscalização do contrato.

6.2 O pagamento devido à Contratada será efetuado mensalmente, através de crédito em conta corrente em até 20 (vinte) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, e após atestada a respectiva prestação dos serviços relativa ao mês da Fatura.

6.3 O valor de cada faturamento será o produto do preço constante do Anexo I do Edital pelos serviços efetivamente prestados.

6.4 O pagamento devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, exceto no primeiro mês, só será efetuado após a apresentação dos recibos de pagamento dos profissionais deste último, com comprovação da regularidade fiscal e trabalhista do CONTRATANTE.

6.5 O CONTRATANTE deverá emitir atestado no sentido de que constatou ter havido os pagamentos e recolhimentos, ficando, assim, liberado para o CONTRATADO o pagamento relativo ao mês vencido.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência do contrato advindo do credenciamento será de **24 (vinte e quatro) meses**, podendo ser prorrogado ou acrescido, observando-se a forma e o limite estipulado, na forma dos artigos 106 da Lei nº 14.133/2021, mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do respectivo contrato

7.2 O contrato poderá ser alterado mediante a celebração de termo aditivo, ressalvado o seu objeto que não pode ser modificado.

7.3 A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, respeitando prazo de vigência do Contrato, fica condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento do Fundo Municipal da Saúde – FMS.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO



8.1 Além das demais obrigações contidas neste Contrato e decorrentes de determinação legal, o CONTRATADO obriga-se a:

- I - executar os serviços objeto deste Contrato de acordo com as especificações e/ou norma exigida, utilizando ferramentas apropriadas;
- II - manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão, direção e mão de obra para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste Contrato;
- III - respeitar e fazer com que seus profissionais respeitem as normas de segurança do trabalho, identificação, disciplina e demais regulamentos vigentes, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços objeto deste Contrato;
- IV - zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente as observações e exigências que lhes forem solicitadas;
- V - efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente Contrato, inclusive as obrigações sociais e previdenciárias e trabalhistas dos seus empregados;
- VI - observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas a prestação dos seus serviços;
- VII - apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, folha de pagamento de seus profissionais, Guias de Recolhimento das Contribuições Sociais e previdenciárias (INSS, FGTS e PIS), sob pena, em caso de recusa ou falta de exibição dos mesmos, de ser sustado o pagamento de quaisquer faturas que lhes forem devidas, até o cumprimento desta obrigação;
- VIII - arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo causado ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, inclusive por seus profissionais;
- IX - providenciar e manter profissionais capacitados, em número suficiente ao bom desempenho dos serviços objeto deste Contrato;
- X - comunicar ao CONTRATANTE, qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços, objeto do presente Contrato, inclusive indicando o nome do responsável;
- XI - pagar os salários e encargos sociais devidos pela sua condição de única empregadora do pessoal designado para execução dos serviços ora contratados, inclusive, indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, demissões, etc., obrigando-se, ainda, ao fiel cumprimento das legislações trabalhistas e previdenciárias, sendo-lhe defeso invocar a existência deste Contrato para tentar eximir-se destas obrigações ou transferi-las para o CONTRATANTE;
- XII - responder perante o CONTRATANTE, pela conduta, frequência e pontualidade dos seus profissionais designados para a execução dos serviços objeto deste Contrato;
- XIII - manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, ressalvados os prazos previstos em Lei;
- XIV - não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- XV - atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação dos serviços;
- XVI - justificar ao paciente ou seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste Credenciamento;
- XVII - esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- XVIII - respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviço de saúde, alvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- XIX - garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;



XX - notificar à Secretaria Municipal de Saúde de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança de sua Diretoria, contrato ou estatuto.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 O CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste Contrato e decorrentes de determinação legal, obriga-se a:

- I – Pagar a Pessoa Jurídica contratada mensalmente, após a apresentação de Nota Fiscal do Prestador.
- II - facilitar o desempenho dos profissionais do CONTRATADO, designados para execução dos serviços objeto do presente Contrato.
- III - Prestar esclarecimentos e informações à Pessoa Jurídica contratada que visem orientar o profissional na correta prestação dos serviços pactuados.
- IV - Analisar os relatórios elaborados e a produção da Pessoa Jurídica contratada.
- V - Regular, controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços.
- VI - Designar servidor para supervisionar, fiscalizar os procedimentos e acompanhar a execução dos serviços de saúde.
- VII - Providenciar a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, conforme art. 94,II da Lei 14.133/21

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO

10.1 O Regime de Execução do presente Contrato será o de Empreitada por Preço Unitário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A Fiscalização dos serviços ora contratados será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde, denominada no presente instrumento contratual de Fiscalização, com poderes para:

- I - transmitir ao CONTRATADO as determinações que julgar necessárias;
- II - recusar os serviços que não tenham sido executados de acordo com as condições especificadas neste Contrato;
- III - comunicar ao CONTRATADO quaisquer defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços, estabelecendo prazos para que as mesmas sejam regularizadas.

11.2 A ação ou omissão total ou parcial da Fiscalização do CONTRATANTE, não eximirá o CONTRATADO de total responsabilidade na execução dos serviços objeto do presente Contrato.

11.2A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante ou comissão da administração, designado por meio de portaria exarada pela Secretária de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no presente contrato sujeitará o CONTRATADO no que couber às sanções previstas na Lei Federal 14.133/21 e no edital do credenciamento, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.



12.2 A Administração se reserva ao direito de descontar do pagamento devido à contratada o valor de multa de 10% do valor do contato, porventura imposta em virtude do descumprimento das condições estipuladas no contrato.

12.3 As multas decorrentes da inexecução contratual ou do atraso na execução dos serviços não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o CONTRATADO da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO

13.1 O contrato poderá ser rescindido de pleno direito:

- u) Pela inobservância de qualquer cláusula, condição ou obrigação por parte do Credenciado/Contratado;
- v) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;
- w) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do Credenciado;
- x) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;
- y) As hipóteses previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- z) A reincidência no descumprimento de quaisquer das condições elencadas no presente Edital de Credenciamento, no Contrato, ou ainda, a prática de atos que caracterizem má-fé em relação ao município, apuradas em processo administrativo.
- aa) A qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, ou por iniciativa de qualquer uma delas, desde que devidamente justificado e comunicado com antecedência mínima de 30(trinta) dias.
- bb) Pela superveniência de qualquer norma legal ou fato impeditivo que torne inexecutável o ajuste.
- cc) Pela paralisação da execução dos serviços, por parte do contratado, sem motivo justificado ou prévia comunicação em tempo hábil para que a SESAU possa realizar a devida substituição, sendo aplicada as sanções administrativas.

13.2 O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ANTICORRUPÇÃO

14.1 O contratado/credenciado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de credenciamento, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

14.1.1 “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

14.1.2 “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de credenciamento ou de execução de contrato.

14.1.3 “Prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais credenciados, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão credenciador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



14.1.4 “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação no processo de credenciamento ou afetar a execução do contrato;

14.1.5 “Prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer /declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, na hipótese de financiamento, parcial ou integral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - FORO

15.1 Vinculam-se ao contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no credenciamento referido no preâmbulo do edital de credenciamento 001/2024 e respectivos anexos, bem assim do Termo de Referência.

15.2 As partes elegem o Foro da Cidade Salvador, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

15.3 E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Madre de Deus, [...] de [...] de [...].

MUNICIPIO DE MADRE DE DEUS

[...]

CONTRATANTE

[...]

[...]

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

RG nº:

CPF nº:

Nome:

RG nº:

CPF nº: